

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.454 - ES  
(2018/0210112-4)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : MARSEANDRO AGOSTINI LIMA**  
**ADVOGADOS : FELIPE OSÓRIO DOS SANTOS E OUTRO(S) - ES006381**  
**LUCIANA DE OLIVEIRA SACRAMENTO - ES019260**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. AFASTAMENTO CAUTELAR DO CARGO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE EVITAR A CONTINUIDADE DAS PRÁTICAS DELITUOSAS DEMONSTRADA PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU – MAIS PRÓXIMO DOS FATOS E DAS PROVAS. IMPOSSIBILIDADE DE AVALIAR ELEMENTOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE NA VIA ELEITA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INOVAÇÃO RECURSAL QUANTO À ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE NA MEDIDA CONSTRITIVA. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

1. Não há ilegalidade patente na decisão de primeiro grau em que se concretizou o desligamento provisório do Agravante do Cargo de Vereador, fundado na necessidade de impedir a continuidade do percebimento de pagamentos ilícitos – consistente no valor mensal de 10% da quantia que o Município de Fundão destinava à empresa Fortaleza Ambiental e Gerenciamento de Resíduos LTDA. para o fornecimento dos serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos.

2. Refoge à via estreita e célere do mandado de segurança acolher as alegações de ausência de elementos de autoria e materialidade. Por isso, não há como infirmar a conclusão do Juízo Singular – mais próximo dos fatos e das provas – de que o substrato fático na hipótese é suficiente para justificar a medida cautelar ora impugnada.

3. A alegação de que não há contemporaneidade na constrição ora questionada não foi ventilada nas razões do recurso ordinário em mandado de segurança. Assim, sob pena de supressão de instância, esta Corte não pode analisar pretensão que configura inovação recursal, a qual deve ser formulada, oportunamente, na origem.

4. Manutenção da decisão monocrática que negou provimento ao recurso ordinário que se impõe.

5. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

**ACÓRDÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer parcialmente do agravo regimental e, nesta extensão, negar-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora